

RUMO A UMA CIDADE MAIS EQUITATIVA

Ações para tornar as cidades mais equitativas e sustentáveis: recomendações por ator

Informações adicionais ao relatório *Sete transformações para cidades mais equitativas e sustentáveis*

Flickr: Ted McGrath

A série *World Resources Report: Rumo a uma cidade mais equitativa* documenta como o acesso mais equilibrado aos principais serviços urbanos não apenas melhora a qualidade de vida para a maioria de seus moradores, como também gera benefícios econômicos e ambientais em toda a cidade. Ao se comprometer com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Acordo Climático de Paris e a Nova Agenda Urbana, entre 2015 e 2016, os países estabeleceram metas ambiciosas. Eles prometeram tornar as cidades mais equitativas, sustentáveis e resilientes diante dos riscos impostos pelas mudanças climáticas. O ODS 11 sobre as cidades, em especial, concentra-se em habitação e transporte mais seguros, economicamente acessíveis e adequados para todos; planejamento inclusivo e integrado, e melhor qualidade do ar, saneamento e outros serviços básicos. A série *Rumo a uma cidade mais equitativa* apresenta um roteiro de ações prioritárias que os países e cidades podem implementar para colocar essa visão em prática. Além de orientar os esforços de recuperação da pandemia e reduzir as desigualdades por ela expostas, este conjunto de conhecimentos também contribui para a justiça climática e para metas de transição justas em áreas urbanas.

Vimos que durante crises como uma pandemia ou desastres climáticos, o acesso à infraestrutura e serviços pode fazer a diferença entre a vida e a morte, especialmente para moradores que vivem em áreas urbanas mais vulneráveis. E, mesmo no dia a dia, o acesso ampliado aos serviços beneficia o bem-estar social de muitas outras formas. Dentre elas, destaca-se a diminuição da pobreza, a ampliação do acesso a oportunidades, o aumento da igualdade e a transformação das cidades em espaços mais sustentáveis, habitáveis e resilientes. Tal iniciativa estimula a produtividade e impulsiona o crescimento econômico, apoiando metas nacionais e globais para um futuro mais próspero. Preencher a lacuna dos serviços urbanos e garantir o acesso equitativo a serviços e infraestrutura da maneira descrita no relatório-síntese da série *Rumo a uma cidade mais equitativa* também promoverá esforços globais para proteger o mundo natural e as gerações futuras das mudanças climáticas.

Por meio de diversos exemplos de cidades do mundo todo, o relatório-síntese descreve **sete transformações** essenciais nas áreas de planejamento e implementação de infraestrutura, prestação de serviços, coleta de dados, trabalho urbano, financiamento, gestão do território e governança. As tabelas contidas neste documento **mostram como atores específicos do desenvolvimento urbano – em todas as escalas de grupos de tomada de decisões e de partes interessadas – podem viabilizar e implementar essas transformações, reconhecendo sua função como agentes estratégicos da mudança urbana.**

AÇÕES RECOMENDADAS POR ATOR

Neste documento, os leitores encontrarão descrições resumidas de cada uma das sete transformações apresentadas no relatório-síntese *Rumo a uma cidade mais equitativa, Sete transformações para cidades mais equitativas e sustentáveis*. Independentemente do ponto de partida, essas transformações apontam caminhos para melhorar a qualidade de vida de todos os moradores das cidades, **reimaginando a prestação de serviços, incluindo a população excluída e viabilizando a mudança:**

1. **Planejamento de infraestrutura** – implementar infraestrutura para os mais vulneráveis
2. **Prestação de serviços** – firmar parceria com prestadores informais e semiformalizados
3. **Práticas de coleta de dados** – aprimorar os dados locais por meio do engajamento da comunidade
4. **Políticas de emprego urbano** – valorizar os trabalhadores informais
5. **Financiamento e subsídios** – aumentar investimentos de forma inovadora
6. **Gestão urbana** – planejar o espaço urbano com transparência
7. **Governança e instituições** – respaldar a mudança por meio de coalizões e colaboração

Concentrar-se apenas em abordagens isoladas e específicas do setor não ajudará as cidades enfrentando desenvolvimento ad hoc, insustentável e desigual, que é um impeditivo para que a maioria das pessoas saia da

linha da pobreza. Em vez disso, essas transformações intersetoriais podem melhorar o acesso de moradores urbanos vulneráveis a serviços e oportunidades, ao mesmo tempo em que geram benefícios econômicos, ambientais e sociais para todos. Vários estudos de caso e exemplos incluídos na série destacam como diferentes cidades e países progrediram nessa pauta.

Este documento é uma ferramenta que pode ajudar a impulsionar a ação de atores relevantes em diversos níveis de tomada de decisões. Após a descrição de cada transformação, há tabelas intituladas “Ações recomendadas por ator” que detalham as etapas que diferentes atores proativos nas áreas urbanas podem desempenhar para implementar e colocar essas transformações em prática. Cada tabela identifica ações específicas para:



Governo municipal e especialistas do setor urbano



Governo federal



Sociedade civil, incluindo organizações não governamentais, especialistas e pesquisadores



Setor privado



A comunidade internacional, incluindo instituições financeiras de desenvolvimento

Visando à maior eficácia, governos municipais e especialistas do setor urbano devem desempenhar as ações mencionadas entre diferentes jurisdições e departamentos. Os governos federais precisam apoiar, financiar e viabilizar essas transformações nas cidades por meio das políticas certas. Os atores da sociedade civil são convocados a colaborar com outras organizações para compartilhar lições e complementar o trabalho realizado pelos pares. O setor privado pode fornecer recursos e capacidades adicionais, enquanto firma parceria com o setor público e com outros atores. Por fim, a comunidade internacional, incluindo instituições financeiras de desenvolvimento, pode garantir que financiamento e assistência técnica sejam direcionados para atender às necessidades das populações mais vulneráveis, responsabilizando os governos.



TRANSFORMAÇÃO 1

TRANSFORMAÇÃO 1

PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA – PRIORIZAR OS MAIS VULNERÁVEIS

A infraestrutura municipal deve ser planejada e implementada de forma a priorizar as populações negligenciadas, resolver atrasos, minimizar o bloqueio de carbono e prever riscos futuros. Nas cidades emergentes do Sul global, a infraestrutura pública para habitação, água, saneamento, transporte e energia precisa atender às necessidades da maioria da população urbana em dificuldade. As cidades têm a grande oportunidade de construir essa infraestrutura de forma diferente, visando não só a uma melhor qualidade de vida para os mais vulneráveis, mas também responder às ameaças que agravam as desigualdades, como as mudanças climáticas.

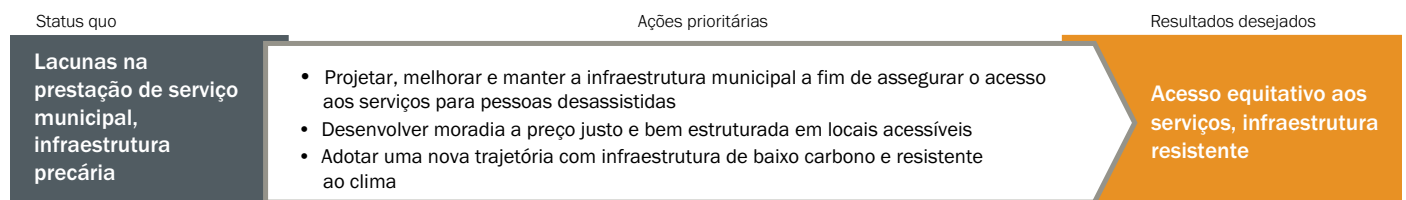


Tabela 1 | **Funções de atores específicos no avanço da Transformação 1: Planejamento e implementação de infraestrutura**




PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA – PRIORIZAR OS MAIS VULNERÁVEIS, POR SETOR	
Governo municipal e especialistas do setor urbano	
<p>TRANS- PORTE</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Construir redes de ruas seguras e completas <ul style="list-style-type: none"> □ Implantar redes de ruas completas para melhorar a acessibilidade para todos na cidade □ Democratizar as ruas priorizando o espaço viário para os modais usados pela maioria das pessoas: caminhada, bicicleta e transporte coletivo □ Melhorar a proteção e a segurança dos pedestres ■ Desenvolver um ecossistema de serviços de transporte integrados e orientados ao usuário <ul style="list-style-type: none"> □ Conectar os serviços existentes a uma rede multimodal integrada combinando meios de transporte coletivo, particular, informal e ativo (não motorizado) □ Priorizar o investimento em transporte coletivo economicamente acessível para melhorar o acesso em toda a cidade para pessoas desassistidas □ Melhorar e integrar proativamente operadores informais □ Utilizar tecnologia para aumentar a produtividade e melhorar a experiência do usuário ■ Gerenciar a demanda pelo uso de veículos particulares <ul style="list-style-type: none"> □ Desencorajar o uso de veículos particulares em núcleos urbanos adensados □ Precificar o uso de carros e de estacionamentos para contabilizar os verdadeiros custos sociais de dirigir □ Promover soluções de mobilidade compartilhada □ Garantir que novos empreendimentos estejam bem conectados às oportunidades econômicas por meio de transporte coletivo
<p>ENERGIA</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Acelerar a mudança para cozinhas mais limpas <ul style="list-style-type: none"> □ Migrar de combustíveis sólidos para gás liquefeito de petróleo mais limpo, eletricidade, biogás e etanol visando a reduzir a poluição interna □ Promover o uso de fogões eficientes com baixa emissão ao invés de combustíveis sólidos ■ Ampliar o uso de energia renovável <ul style="list-style-type: none"> □ Incentivar a geração distribuída de energia renovável, como energia solar fotovoltaica, fornecendo energia limpa, economicamente acessível e confiável para pessoas desassistidas ■ Aumentar a eficiência energética de edifícios e eletrodomésticos <ul style="list-style-type: none"> □ Desenvolver e colocar em vigor códigos de construção e padrões de eletrodomésticos energeticamente eficientes para economizar custos de energia e reduzir as emissões em toda a cidade
<p>ÁGUA</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ampliar a rede formal de água encanada para melhorar o acesso <ul style="list-style-type: none"> □ Aumentar as conexões de água encanada para a residência ou o terreno, quando viável, considerando as lacunas de acesso e os riscos climáticos como parte do planejamento da infraestrutura □ No curto e no médio prazo, prover hidrantes e quiosques localizados próximos a residências para quem não tiver acesso à água encanada □ Diversificar as fontes de abastecimento de água, preservar os recursos hídricos naturais e integrar informações de risco climático no planejamento e no projeto de sistemas de abastecimento de água resilientes ■ Abordar causas específicas do contexto do serviço intermitente de água <ul style="list-style-type: none"> □ Aumentar o uso universal de hidrômetros, melhorar os sistemas de cobrança e usar a tecnologia para detectar vazamentos □ Melhorar a manutenção regular da infraestrutura para reduzir vazamentos, gerenciar o crescimento da demanda e o planejamento para riscos climáticos, como enchentes ■ Buscar diversas estratégias para tornar a água economicamente acessível, com consideração especial a consumidores de baixa renda <ul style="list-style-type: none"> □ Aumentar as conexões de água economicamente acessíveis □ Implementar estratégias para tornar o serviço mensal de água economicamente acessível (incluindo água subsidiada, subsídios cruzados, “água básica gratuita”, tarifas incrementais por faixa e subsídios direcionados espacialmente) □ Promover formas de pagamento flexíveis para água e conexões de água ■ Apoiar a melhoria de assentamentos informais em lugares onde o risco climático é baixo a fim de melhorar o acesso à água para as pessoas desassistidas que vivem em áreas urbanas

Tabela 1 | **Funções de atores específicos no avanço da Transformação 1: Planejamento e implementação de infraestrutura (cont.)**

PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA — PRIORIZAR OS MAIS VULNERÁVEIS, POR SETOR

**SANEA-
MENTO**



- **Ampliar o saneamento e redes de esgoto simplificadas para banheiros domésticos, comunitários e públicos**, com foco em áreas urbanas densamente povoadas e onde os moradores vivem em edifícios de vários andares
- **Na ausência de sistemas de esgoto, apoiar e regulamentar o saneamento no local**
 - Transferir o custo, a responsabilidade e o risco associado de sistemas de saneamento locais das famílias e prestadores privados para o setor público
 - Desenvolver capacidade para regulamentar e fiscalizar a gestão segura de lodo fecal em cada etapa da cadeia de serviços de saneamento
- **Adotar uma abordagem para melhorar assentamentos informais e incluir acesso a serviços de saneamento que abranja toda a cidade**
 - Coordenar iniciativas de saneamento em toda a cidade e práticas de saneamento determinadas localmente
 - Cidades, organizações comunitárias, ONGs e federações devem trabalhar juntas para melhorar o acesso ao saneamento, especialmente para famílias de baixa renda
 - Garantir disponibilidade e manutenção regular de drenos de águas pluviais em locais sujeitos a enchentes
- **Tornar os serviços de saneamento economicamente acessíveis para famílias de baixa renda**
 - Subsidiar os custos do capital doméstico com instalações de saneamento e fornecer banheiros comunitários economicamente acessíveis, bem como banheiros públicos
 - Subsidiar o custo das conexões de esgoto doméstico e das conexões com banheiros públicos e comunitários
 - Subsidiar os custos da gestão segura de saneamento no local
 - Garantir que a água seja economicamente acessível para as famílias

HABITAÇÃO



- **Melhorar assentamentos informais in situ quando situados em lugares seguros onde o risco climático é baixo**
 - A melhoria in situ é preferível a programas de realocação, exceto quando houver riscos inerentes à localização
 - Utilizar programas de melhoria para financiar serviços, comodidades e segurança dos direitos de ocupação, além de apenas melhorar o abrigo
 - Garantir que os programas sejam abrangentes, participativos e financeiramente sustentáveis
- **Apoiar os mercados imobiliários de aluguel**
 - Melhorar as estruturas jurídicas
 - Evitar preconceitos financeiros em relação ao aluguel
 - Fornecer subsídios bem estruturados
- **Converter áreas urbanas subutilizadas em habitação a preço justo em locais acessíveis e bem estruturados**
 - Estabelecer normas e regulamentações realistas, permitindo melhorias incrementais de habitação e construção, bem como propriedade comunitária
 - Criar processos e regras de zoneamento simples e fáceis de entender
 - Tributar áreas e edifícios subutilizados, além de oferecer incentivos para a produção/conversão em habitação economicamente acessível

Governo federal

- **Estabelecer estruturas políticas para apoiar a prestação de serviços para comunidades desassistidas**, como estruturas nacionais para melhoria de assentamentos informais, bem como para regulamentações fundiárias e planejamento urbano integrado
- **Estabelecer regulamentações que favoreçam as pessoas pobres e fornecer incentivos** para estimular e permitir que as concessionárias ampliem a prestação de serviços e mantenham a infraestrutura
- **Permitir a participação de comunidades locais**, especialmente de cidades desassistidas, periurbanas e/ou menores, no planejamento, projeto e implementação da infraestrutura; tal iniciativa é especialmente relevante para questões e estratégias que vão além dos limites administrativos da cidade
- **Coletar informações independentes** sobre serviços e encargos para entender melhor a realidade da prestação de serviços (por exemplo, a área de serviço da concessionária, riscos e vulnerabilidades associados, dados socioeconômicos e espaciais detalhados)

Tabela 1 | **Funções de atores específicos no avanço da Transformação 1: Planejamento e implementação de infraestrutura (cont.)**

PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA — PRIORIZAR OS MAIS VULNERÁVEIS, POR SETOR	
Governo federal	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assumir compromissos e investimentos destinados à infraestrutura de baixo carbono e resiliente ao clima, reconhecendo o papel do conhecimento comunitário e local, além de integrar esses investimentos em planos nacionais e regionais de adaptação e mitigação climática ▪ Monitorar e relatar o progresso da prestação de serviços equitativos como parte das metas nacionais e globais (por exemplo, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), além de envolver grupos comunitários ou organizações da sociedade civil em programas de monitoramento, avaliação e aprendizagem (por exemplo, grupos de observação de água) 	
Sociedade civil, incluindo organizações não governamentais, especialistas e pesquisadores	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trabalhar com o setor público para melhorar assentamentos informais e a prestação de serviços economicamente acessíveis e confiáveis, além de garantir que as estratégias e soluções sejam determinadas e apropriadas localmente ▪ Apoiar coalizões comunitárias sólidas para construir capital político e social, estabelecer parcerias governamentais e organizar-se com outros movimentos sociais ▪ Aproveitar o conhecimento e a experiência da comunidade para orientar decisões sobre planos de infraestrutura, prestação de serviços e estratégias localmente relevantes para infraestrutura inteligente e resiliência climática ▪ Mencionar questões de representação de comunidades marginalizadas em várias plataformas de engajamento de partes interessadas e em outros fóruns de tomada de decisões 	
Setor privado	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trabalhar com o setor público e comunidades para fornecer serviços seguros, confiáveis e economicamente acessíveis, em especial para pessoas desassistidas, em áreas fora de redes formais e vulneráveis aos impactos climáticos ▪ Apoiar e desenvolver inovações existentes e localizadas para a prestação de serviços de forma economicamente acessível e sustentável (por exemplo, energia solar em telhados, captação de água da chuva, pagamentos de água via dispositivos móveis) ▪ Considerar segmentos do mercado imobiliário grandes, porém desassistidos, engajando-se com o setor público e com instituições financeiras para estruturar e realizar projetos viáveis ▪ Investir em infraestrutura de serviços urbanos de baixo carbono e resiliente ao clima, bem como em habitação a preço justo em locais de fácil acesso e bem estruturados 	
A comunidade internacional, incluindo instituições financeiras de desenvolvimento	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar esquemas de financiamento que visam o acesso aprimorado aos serviços para pessoas pobres que moram em áreas urbanas, considerando as necessidades locais ▪ Articular critérios de equidade e justiça no escopo de acordos multilaterais, projetos e documentos financeiros, considerando o contexto social, político e econômico local ▪ Garantir que o financiamento chegue aos municípios, impactando efetivamente as pessoas desassistidas ▪ Priorizar estratégias e programas que incentivem o planejamento e a implementação de infraestrutura equitativa, de baixo carbono e resiliente ao clima em escala 	

Observações: Embora promovamos o planejamento e a implementação integrados, especialistas do setor e instituições normalmente são responsáveis pela implementação das ações acima devido à forma como os departamentos dos governos municipais e federais são organizados.

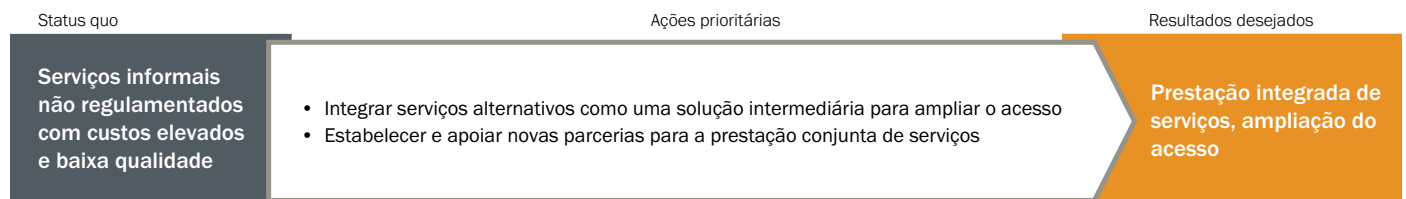
Fonte: World Resources Institute, 2021, Sete transformações para cidades mais equitativas e sustentáveis.



TRANSFORMAÇÃO 2

MODELOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ESTABELECE PARCERIA COM PRESTADORES DE SERVIÇOS ALTERNATIVOS

Serviços alternativos informais, semiformais ou administrados pela comunidade são uma realidade social nas cidades do Sul global, e as populações sem acesso a água, saneamento, energia e transporte municipais a um preço justo dependem dessas alternativas. Regulamentações e políticas de apoio para estabelecer parcerias e integrar prestadores alternativos podem tornar esses serviços mais confiáveis e economicamente acessíveis a curto e médio prazo, expandindo o acesso para mais pessoas.



MODELOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ESTABELECE PARCERIA COM PRESTADORES DE SERVIÇOS ALTERNATIVOS

Governo municipal e especialistas do setor urbano



- **Reconhecer o papel da informalidade na cidade**, inclusive como o emprego informal estimula a economia formal, como os assentamentos informais fornecem abrigo economicamente acessível e como os prestadores informais preenchem as lacunas de serviços
- **Engajar-se com grupos comunitários e prestadores de serviços alternativos** regularmente para implementar e gerenciar serviços compartilhados na vizinhança
- **Incentivar a prestação conjunta de serviços** com base em padrões de serviço claramente definidos
- **Buscar parcerias inovadoras** com as comunidades, o governo federal e o setor privado para financiar e prestar serviços essenciais para áreas e populações desassistidas, além de garantir que a lacuna nos serviços urbanos seja abordada nas políticas de preços
- **Estabelecer estruturas institucionais para integrar prestadores de serviços informais e alternativos** em um sistema unificado e melhorar a cobertura, reconhecendo suas preocupações relacionadas à subsistência
- **Definir regulamentações para atender aos padrões básicos** de prestação de serviços, saúde pública, segurança, qualidade ambiental e acessibilidade financeira para grupos desassistidos, além de evitar práticas de exploração e preços regressivos

Governo federal



- **Reconhecer o papel da informalidade na economia nacional**, inclusive como o emprego informal estimula a economia formal, como os assentamentos informais fornecem abrigo economicamente acessível e como os prestadores informais preenchem as lacunas de serviços
- **Legalizar a integração de prestadores de serviços informais e alternativos** em um sistema unificado, reconhecendo suas preocupações relacionadas à subsistência
- **Definir regulamentações para atender aos padrões básicos** de prestação de serviços, saúde pública, segurança, qualidade ambiental e acessibilidade financeira para grupos desassistidos, além de evitar práticas de exploração e reformular políticas de preços regressivos
- **Incentivar a prestação conjunta de serviços** com base em padrões claramente definidos e estruturas de governança apropriadas
- **Buscar parcerias inovadoras para financiar e prestar** serviços essenciais para áreas desassistidas
- **Estabelecer redes de seguridade social e programas de seguro** para prestadores de serviços informais ou de pequena escala e aumentar o acesso a crédito, ao espaço público e a oportunidades de aquisição pública

Sociedade civil, incluindo organizações não governamentais, especialistas e pesquisadores



- **Facilitar o engajamento de associações informais de trabalhadores e comunidades vulneráveis junto a agências municipais** para melhorar a prestação de serviços
- **Fazer a mediação para incentivar a adesão da comunidade** a colaborar com o governo para melhorar os serviços (por exemplo, associações de usuários de água administrando quiosques de água)
- **Participar de coalizões locais** com a liderança da cidade para defender o acesso a crédito, espaço público, serviços e oportunidades de aquisição
- **Incentivar uma mudança na mentalidade** de autoridades governamentais e urbanistas para reconhecer e valorizar as contribuições de prestadores de serviços alternativos e do setor informal

Tabela 2 | **Funções de atores específicos no avanço da Transformação 2: Modelos de prestação de serviços (cont.)**

MODELOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ESTABELECE PARCERIA COM PRESTADORES DE SERVIÇOS ALTERNATIVOS

Setor privado



- **Trabalhar com agências municipais para prestar serviços economicamente acessíveis** para áreas desconectadas e comunidades desassistidas
- **Inovar em modelos de negócios, produtos e serviços** para atender às demandas e necessidades dos consumidores de baixa renda
- **Firmar parceria com prestadores informais ou semiformais de pequena escala** para prestar serviços de forma eficiente e em escala

A comunidade internacional, incluindo instituições financeiras de desenvolvimento



- **Compartilhar conhecimento e boas práticas** com profissionais e tomadores de decisão para desenvolver sistemas híbridos de prestação de serviços, integrando sistemas formais, informais e administrados pela comunidade e criando regulamentações apropriadas para ajudar a alcançar o acesso equitativo
- **Desenvolver programas de financiamento** que ajudem as cidades a integrar soluções alternativas de prestação de serviços em um sistema mais bem regulamentado ao longo do tempo, atendendo aos padrões mínimos de prestação de serviços, saúde pública, segurança, qualidade ambiental e acessibilidade financeira para grupos desassistidos
- **Incentivar a mudança de mentalidade de autoridades governamentais e urbanistas** para reconhecer e valorizar as contribuições de prestadores de serviços alternativos e do setor informal

Fonte: World Resources Institute, 2021, Sete transformações para cidades mais equitativas e sustentáveis.



TRANSFORMAÇÃO 3

TRANSFORMAÇÃO 3

PRÁTICAS DE COLETA DE DADOS – APRIMORAR OS DADOS LOCAIS POR MEIO DO ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE

Dados locais confiáveis e abertos criam uma oportunidade para garantir políticas e investimentos sólidos, entender melhor seus impactos em comunidades vulneráveis e melhorar os processos de governança. A falta de dados locais desagregados que possam ajudar a diagnosticar problemas é uma desvantagem significativa para os tomadores de decisão. A coleta de dados confiáveis não precisa ser onerosa, e as cidades devem mudar suas práticas de coleta para obter dados locais mais precisos com a participação da comunidade. Dessa forma, é possível melhorar o processo de tomada de decisões e a responsabilidade do setor público.

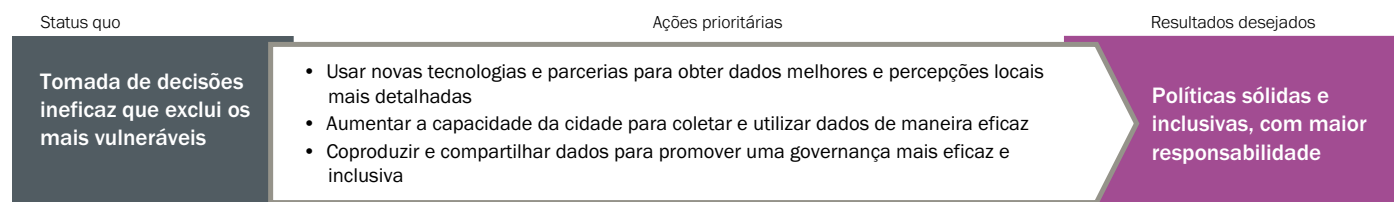







Tabela 3 | Funções de atores específicos no avanço da Transformação 3: Práticas de coleta de dados

PRÁTICAS DE COLETA DE DADOS – APRIMORAR OS DADOS LOCAIS POR MEIO DO ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE	
<p>Governo municipal e especialistas do setor urbano</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver capacidade para reunir dados espaciais e socioeconômicos de alta qualidade e desagregados, utilizando novas tecnologias e firmando novas parcerias ▪ Utilizar tecnologias avançadas, como imagens de satélite e aerofotogrametria, complementadas com dados coletados pela comunidade para entender lacunas de acesso e informar a tomada de decisões ▪ Engajar atores comunitários na produção e no compartilhamento de dados, além de integrar o conhecimento comunitário nos processos de planejamento e de governança ▪ Democratizar o acesso aos dados para apoiar a participação dos cidadãos na gestão de políticas, estabelecer confiança e identificar lacunas nas ações do governo
<p>Governo federal</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir no desenvolvimento de capacidade técnica nas cidades e definir padrões para a coleta, o compartilhamento e o uso consistentes de dados ▪ Desenvolver orientação sobre métricas urbanas e indicadores de avaliação que possam ser usados por agências regionais e municipais para planejamento inclusivo ▪ Investir na elaboração de práticas de governança inclusivas informadas por dados coletados junto a comunidades vulneráveis, por meio do engajamento da equipe de serviços civis para impor regras sobre transparência, de acordo com bons padrões de orçamento, contabilidade e relatórios, e com contribuições da comunidade
<p>Sociedade civil, incluindo organizações não governamentais, especialistas e pesquisadores</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar comunidades para coletar dados sobre a qualidade e a quantidade de serviços essenciais em assentamentos informais e bairros onde grupos vulneráveis residem ▪ Defender a transparência de dados e resoluções para compartilhar dados entre jurisdições e grupos de partes interessadas a fim de expor lacunas nas ações do governo e de melhorar os processos de governança ▪ Influenciar os tomadores de decisão a adotar novos paradigmas de planejamento e de tomada de decisões locais com base na coprodução e no compartilhamento de conhecimento entre grupos comunitários locais e em um conjunto mais amplo de partes interessadas, incluindo universidades e o setor privado ▪ Colaborar com autoridades do setor público para ajudar a desenvolver capacidade técnica, treinar equipes e desenvolver novas abordagens para coletar e usar dados a fim de informar a tomada de decisões
<p>Setor privado</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fornecer fundos e experiência para o desenvolvimento conjunto de conhecimento e a coleta de dados consistentes de boa qualidade para informar a tomada de decisões ▪ Ampliar a disponibilidade de dados abertos, novas tecnologias para coletar dados e o desenvolvimento de padrões comuns para a coleta de dados ▪ Firmar parceria com órgãos governamentais para acessar e compartilhar dados desagregados a fim de permitir a resolução de problemas
<p>A comunidade internacional, incluindo instituições financeiras de desenvolvimento</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver conhecimento, ferramentas e padrões para disponibilizar dados espaciais, desagregados e socioeconômicos nos âmbitos municipal, federal e global ▪ Incentivar a transparência de dados e resoluções para desenvolver, manter e compartilhar dados entre jurisdições e grupos de partes interessadas em áreas urbanas ▪ Usar redes de troca entre pares e de conhecimento para compartilhar lições de boas práticas no planejamento de ações e políticas urbanas integradas que ajudem a alcançar várias metas desejadas, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a ação climática nos âmbitos municipal, regional e global ▪ Influenciar os tomadores de decisões a adotar novos paradigmas de planejamento, governança e operações com base na coprodução e no compartilhamento de conhecimento entre grupos comunitários e em um conjunto mais amplo de partes interessadas, incluindo universidades e o setor privado ▪ Fornecer financiamento para desenvolver capacidade técnica nas cidades, visando à utilização de dados para a tomada de decisões e à definição de padrões para a coleta, o compartilhamento e o uso consistentes de dados

Fonte: World Resources Institute, 2021, Sete transformações para cidades mais equitativas e sustentáveis.



TRANSFORMAÇÃO 4

TRABALHO INFORMAL – RECONHECER E APOIAR OS TRABALHADORES INFORMAIS

As atividades econômicas informais não só fornecem meios de subsistência para os trabalhadores de baixa renda, como oferecem bens e serviços que mantêm a economia formal da cidade em funcionamento. Transformar as políticas trabalhistas para reconhecer o valor oculto do trabalho informal e apoiar esses trabalhadores pode aumentar seu bem-estar e impulsionar a resiliência econômica das cidades.

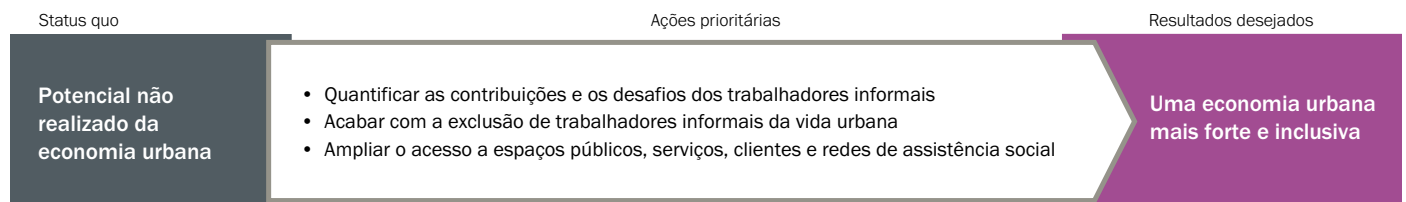







Tabela 4 | **Funções de atores específicos no avanço da Transformação 4: Trabalho informal**

TRABALHO INFORMAL – RECONHECER E APOIAR OS TRABALHADORES INFORMAIS	
<p>Governo municipal e especialistas do setor urbano</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconhecer os desafios de diferentes tipos de trabalhadores informais e o valor que eles agregam para a economia urbana em todos os setores ▪ Aumentar o acesso dos trabalhadores informais a espaços públicos, serviços, oportunidades de aquisição e programas de rede de seguridade social ▪ Conceder à força de trabalho informal os mesmos direitos de outros trabalhadores: reconhecimento legal, direitos permanentes, econômicos e sociais, organização e representação, proteção social e acesso a serviços essenciais de infraestrutura
<p>Governo federal</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reformular leis e regulamentações para apoiar trabalhadores informais com procedimentos simples de inscrição comercial e programas de rede de seguridade social, além de penalizar seu abuso/exploração ▪ Coletar dados sobre trabalhadores informais e migrantes, por setor, incluindo suas condições de trabalho, salários e contribuições para a produção em diferentes setores econômicos ▪ Garantir que os programas de tributação sejam progressivos e transparentes, além de contabilizar os impostos informais e as taxas operacionais que os trabalhadores informais já pagam ▪ Criar incentivos para que as cidades ofereçam contratos de aquisição pública para serviços como gestão de resíduos para organizações de trabalhadores informais com uma via para a formalização e a garantia de benefícios ▪ Engajar organizações de trabalhadores informais no estabelecimento de políticas em setores nos quais eles estão empregados e apoiá-los em negociações com os governos municipais
<p>Sociedade civil, incluindo organizações não governamentais, especialistas e pesquisadores</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trabalhar com o governo municipal para ampliar o acesso de trabalhadores informais a espaços públicos, serviços públicos e oportunidades de aquisição pública ▪ Defender uma visão mais inclusiva da prosperidade econômica para que seja compartilhada entre todos que contribuem para a força de trabalho ▪ Garantir direitos trabalhistas e seguridade igualitários para os trabalhadores informais, incluindo redes de seguridade social e fiscal, em situação de crises e desastres ▪ Apoiar e facilitar a participação de grupos de trabalhadores informais na tomada de decisões urbanas que afetem suas vidas e meios de subsistência
<p>Setor privado</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconhecer as contribuições dos trabalhadores informais para a economia como um todo, inclusive para negócios formais e para a produção, além de penalizar sua exploração ▪ Firmar parceria com pequenos empreendedores informais para investir em inovações locais e ampliá-las ▪ Cumprir as leis salariais e oferecer vias para o emprego formal e para meios de subsistência confiáveis com planos de benefícios e seguridade social e econômica ▪ Incluir os trabalhadores informais nas cadeias de suprimentos para bens e serviços, além de fornecer negócios confiáveis para apoiar seus meios de subsistência ▪ Criar e operacionalizar instrumentos de crédito inovadores no setor bancário para trabalhadores e negócios informais que investem em assentamentos informais, promovendo, assim, a inclusão financeira
<p>A comunidade internacional, incluindo instituições financeiras de desenvolvimento</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver programas de financiamento que ajudem as cidades a integrar os trabalhadores informais em sistemas formais de emprego e de prestação de serviços com redes de seguridade social e fiscal, benefícios de saúde e meios de subsistência seguros ▪ Incentivar a mudança de mentalidade para reconhecer as implicações e contribuições da economia informal ▪ Elaborar programas que garantam que os ganhos econômicos sejam distribuídos visando à prosperidade compartilhada, garantindo o acesso de todos os cidadãos à gama de oportunidades que a cidade oferece

Fonte: World Resources Institute, 2021. Sete transformações para cidades mais equitativas e sustentáveis.



TRANSFORMAÇÃO 5

TRANSFORMAÇÃO 5

FINANCIAMENTO E SUBSÍDIOS – AUMENTAR INVESTIMENTOS E DIRECIONAR FUNDOS DE FORMA INOVADORA

Cidades, países e investidores precisam aumentar os investimentos de forma substancial e direcioná-los de forma inovadora para preencher a lacuna dos serviços urbanos. O apoio do governo federal é essencial, especialmente no Sul global, onde é possível construir um ecossistema favorável usando a capacidade orçamentária e o poder das regulamentações e do controle de instituições financeiras. Desenvolver instrumentos de financiamento inovadores e envolver as comunidades locais pode fazer o dinheiro chegar aos locais onde é mais necessário.

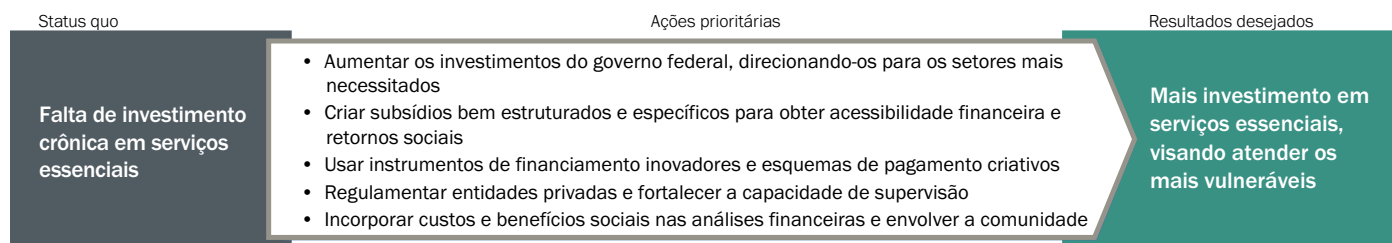


Tabela 5 | Funções de atores específicos no avanço da Transformação 5: Financiamento e subsídios

FINANCIAMENTO E SUBSÍDIOS – AUMENTAR INVESTIMENTOS E DIRECIONAR FUNDOS DE FORMA INOVADORA	
<p>Governo municipal e especialistas do setor urbano</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Priorizar formas de reduzir o custo dos serviços urbanos para os consumidores de menor renda, considerando o contexto local ▪ Aumentar o investimento em serviços urbanos para garantir cobertura de serviços e acessibilidade financeira para todos, visando a investimentos para preencher as lacunas nos serviços em comunidades e bairros específicos desassistidos ▪ Adotar um horizonte de planejamento financeiro mais extenso e mais amplo, considerando benefícios e custos sociais mais abrangentes e engajando a comunidade ▪ Regulamentar o papel do setor privado no financiamento, na construção e na implantação de infraestrutura e serviços essenciais ▪ Dar voz às comunidades na alocação dos gastos públicos para estabelecer confiança no governo e uma prestação de serviços mais eficaz ▪ Considerar maneiras inovadoras e diversas de aumentar a acessibilidade financeira de todos os serviços urbanos por meio do uso de tecnologias econômicas, subsídios direcionados e mecanismos de pagamento flexíveis que permitam que pessoas com renda variável paguem por eles
<p>Governo federal</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o financiamento de grandes investimentos de capital em áreas urbanas, permitindo transferências fiscais visando a resultados de desempenho relacionados à equidade e à sustentabilidade ▪ Garantir financiamento adequado às autoridades urbanas para apoiar processos de baixo para cima, como orçamento participativo ▪ Direcionar o financiamento proveniente de agências de ajuda internacionais e de programas externos para cidades que não conseguem acessar diretamente esses fundos ▪ Viabilizar técnicas de financiamento alternativas e inovadoras, criando as estruturas regulatórias e políticas corretas, como parcerias público-privadas e arrecadação de valores imobiliários; garantir que os órgãos regulatórios financeiros não estejam trabalhando em fins cruzados com outras políticas; incorporar custos e benefícios sociais em análises e supervisões financeiras ▪ Autorizar governos municipais e estaduais a aumentar as receitas de fonte própria, além de arrecadar receitas e impostos provenientes de valores imobiliários ▪ Criar e financiar subsídios bem estruturados com foco em acessibilidade financeira e retornos sociais ▪ Regulamentar entidades privadas e fortalecer a capacidade de supervisão
<p>Sociedade civil, incluindo organizações não governamentais, especialistas e pesquisadores</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar o planejamento e a implementação de mecanismos e processos de direcionamento apropriados para identificar populações vulneráveis nas cidades e fazer o dinheiro chegar aonde houver mais necessidade ▪ Defender a incorporação de critérios de equidade em programas de investimento (nacionais, municipais, privados e internacionais) e monitorar seu impacto junto aos grupos vulneráveis ▪ Participar e insistir em processos de alocação de orçamento inclusivos e participativos nos âmbitos federal, estadual e municipal ▪ Coletar dados sobre despesas do setor público e assegurar a responsabilidade pela alocação equitativa, além de considerar grupos comunitários e universidades para ajudar a coletar e manter esses dados

Tabela 5 | **Funções de atores específicos no avanço da Transformação 5: Financiamento e subsídios (cont.)**

FINANCIAMENTO E SUBSÍDIOS – AUMENTAR INVESTIMENTOS E DIRECIONAR FUNDOS DE FORMA INOVADORA	
<p>Setor privado</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar investimentos iniciais para abordar a lacuna nos serviços nas áreas urbanas ao desenvolver novos modelos e firmar parcerias com instituições governamentais e financeiras ▪ Desenvolver estruturas financeiras inovadoras, colaborando com o setor público para garantir que as leis e regulamentações acompanhem as inovações ▪ Considerar condições de pagamento criativas e combinações de financiamento para investir em serviços urbanos e mantê-los economicamente acessíveis para pessoas de baixa renda
<p>A comunidade internacional, incluindo instituições financeiras de desenvolvimento</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desembolsar recursos para municípios por meio de novas ferramentas e instrumentos financeiros ▪ Direcionar recursos para programas de desenvolvimento implementados localmente com a condição de que o investimento seja direcionado para alcançar metas de acesso equitativo ▪ Assegurar recursos e capacidade para monitoramento, avaliação e aprendizagem adequados, além de compartilhar conhecimento sobre boas práticas e padrões de desempenho internacionais ▪ Exigir processos bem planejados e estruturados para a participação pública dos destinatários de recursos financeiros na tomada de decisões ▪ Incorporar custos e benefícios sociais na análise financeira para aprovação de projetos e alocação de recursos financeiros

Fonte: World Resources Institute, 2021, Sete transformações para cidades mais equitativas e sustentáveis.

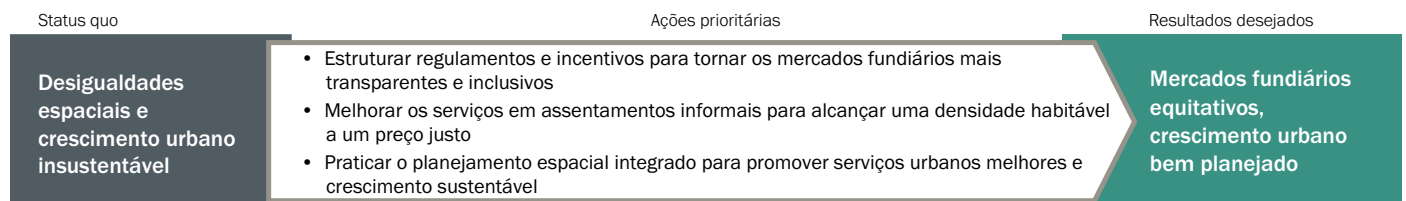


TRANSFORMAÇÃO 6

TRANSFORMAÇÃO 6

GESTÃO URBANA – PROMOVER A TRANSPARÊNCIA E O PLANEJAMENTO ESPACIAL INTEGRADO

Em cidades em rápido crescimento, a escassez de áreas bem estruturadas e o planejamento precário exacerbaram as desigualdades espaciais. Por meio de melhores regulamentações, incentivos inovadores, garantias de posse e planejamento integrado, muitas cidades tornaram os mercados fundiários mais transparentes e inclusivos, possibilitando a prestação de serviços de forma mais equitativa.



GESTÃO URBANA – PROMOVER A TRANSPARÊNCIA E O PLANEJAMENTO ESPACIAL INTEGRADO

Governo municipal e especialistas do setor urbano





- **Usar instrumentos fiscais** para ajudar a tornar os mercados fundiários mais inclusivos e produtivos, bem como para arrecadar valores imobiliários a fim de investir em infraestrutura pública
- **Desenvolver regulamentações e incentivos** para limitar a especulação dos valores imobiliários, incentivar registros de propriedade transparentes e promover moradias bem localizadas e economicamente acessíveis
- **Entender as mudanças na forma construída e as necessidades de acessibilidade** para informar políticas sobre densidade e regulamentações municipais de uso da terra, além de considerar indicadores de densidade, aglomeração e acesso conjuntamente para evitar políticas mal-informadas e consequências não intencionais
- **Praticar o planejamento integrado de terrenos e infraestruturas** para abordar desigualdades espaciais em alinhamento com o desenvolvimento econômico local e de baixo carbono e com planos resilientes ao clima
- **Utilizar terras desocupadas e desenvolver bairros de uso misto mais densos** dentro da cidade, melhorando a infraestrutura e os serviços necessários para apoiar uma densidade mais alta
- **Planejar a expansão urbana com espaço alocado para infraestrutura e serviços essenciais**, protegendo áreas ecológicas vitais (por exemplo, espaços verdes para contenção de enchentes, além de zonas úmidas e de biodiversidade) e garantindo que novos centros habitacionais e de emprego sejam acessíveis por transporte coletivo para reduzir as emissões
- **Transformar assentamentos informais em locais seguros** com moradias economicamente acessíveis que atendam às necessidades dos moradores e melhorem as condições de vida, em vez de deslocá-los para moradias situadas na periferia urbana
- **Projetar e implementar padrões de planejamento versáteis** para disponibilizar habitação de boa qualidade com serviços para diversas faixas de renda
- **Incorporar informações sobre riscos climáticos no planejamento** de infraestrutura e serviços urbanos, além de desenvolver a resiliência climática das populações mais vulneráveis
- **Engajar atores comunitários** no planejamento do desenvolvimento urbano para realmente entender as necessidades das comunidades mais vulneráveis

Governo federal



- **Estabelecer registros completos e transparentes de propriedade, valores e transações em todo o país**, pelo menos em áreas urbanas onde a terra é altamente contestada e sujeita à especulação
- **Garantir que o planejamento de programas habitacionais economicamente acessíveis considere os custos da terra** e da prestação de serviços, bem como o acesso à infraestrutura essencial e a conectividade ao emprego
- **Autorizar governos municipais e estaduais a arrecadar receitas e impostos provenientes de valores imobiliários**
- **Criar leis de aquisição de terras e regulamentos de gestão de terras** que remunerem de forma justa os proprietários originais de terras, com provisões para trabalhadores sem-terra e inquilinos
- **Incentivar o planejamento espacial integrado em áreas urbanas** que incorporem ações de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas em planos de desenvolvimento urbanos, locais e regionais
- **Estabelecer processos de planejamento e resoluções para o planejamento urbano inclusivo** que envolvam grupos vulneráveis e a comunidade em geral

Tabela 6 | **Funções de atores específicos no avanço da Transformação 6: Gestão urbana (cont.)**

GESTÃO URBANA – PROMOVER A TRANSPARÊNCIA E O PLANEJAMENTO ESPACIAL INTEGRADO	
<p>Sociedade civil, incluindo organizações não governamentais, especialistas e pesquisadores</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Engajar-se e contribuir com o planejamento de processos participativos para fornecer informações sobre planos de desenvolvimento locais, além de mobilizar as comunidades quando esses planos forem desfavoráveis às preocupações coletivas ▪ Fornecer dados e análises para garantir que as autoridades locais entendam os impactos socioeconômicos, ambientais e de equidade a curto e longo prazo das regulamentações de terra e dos planos espaciais, incluindo riscos climáticos ▪ Defender e desenvolver ferramentas para apoiar as autoridades locais no preenchimento de registros de terras e na transparência das transações de terras ▪ Atuar como observador, para monitorar quando o desenvolvimento descumprir regulamentações ou planos aprovados ou acarretar riscos sociais e ambientais ▪ Defender a incorporação de critérios de equidade em planos de desenvolvimento locais, regulamentações de uso da terra e políticas habitacionais ▪ Informar e instruir grupos vulneráveis para que possam participar dos processos de planejamento e incentivar as autoridades locais a incluí-los
<p></p> <p>Sector privado</p> <p></p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir no desenvolvimento de terras e propriedades no escopo da estrutura de uso local de terras, bem como de planos e regulamentações locais e regionais ▪ Contribuir para registros de terras transparentes e apoiar as autoridades públicas para desenvolver um banco de dados de propriedades, valores e transações de terras a fim de coibir aumentos de preços especulativos ▪ Firmar parceria com autoridades municipais e regionais de desenvolvimento de terras para aumentar a oferta e o financiamento de terras bem conectadas e estruturadas para moradias economicamente acessíveis e outras infraestruturas públicas
<p>A comunidade internacional, incluindo instituições financeiras de desenvolvimento</p> <p></p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar as cidades com conhecimento e ferramentas para desenvolver registros de terra melhores e mais transparentes que permitam a arrecadação de impostos sobre as propriedades e mercados fundiários mais inclusivos, além de coibir especulações de valores das terras ▪ Incentivar a transparência de dados e resoluções para compartilhar dados espaciais entre jurisdições e grupos de partes interessadas em áreas urbanas ▪ Usar redes de troca de conhecimento entre pares para compartilhar boas práticas internacionais sobre regulamentações do uso da terra, planejamento espacial integrado, planejamento de ações climáticas, melhoria de favelas e outros mecanismos para garantir o acesso equitativo a serviços urbanos e uma cidade mais sustentável ▪ Compartilhar lições sobre regulamentações nacionais, regionais e municipais de uso da terra, além de processos de aprovação de construção, para coibir práticas de exploração na aquisição de terras, reduzir a especulação e limitar o aumento da informalidade

Fonte: World Resources Institute, 2021, Sete transformações para cidades mais equitativas e sustentáveis.



TRANSFORMAÇÃO 7

GOVERNANÇA E INSTITUIÇÕES – CRIAR COALIZÕES DIVERSIFICADAS E ALINHAMENTO

As cidades precisam transformar a governança para trabalhar para, com e pelas pessoas. Coalizões diversificadas, envolvendo organizações públicas, privadas, de base e da sociedade civil, podem estimular a ação política em torno de uma visão compartilhada. Essas coalizões podem alcançar mudanças duradouras se houver alinhamento e coordenação entre as políticas em âmbito federal, regional e municipal.

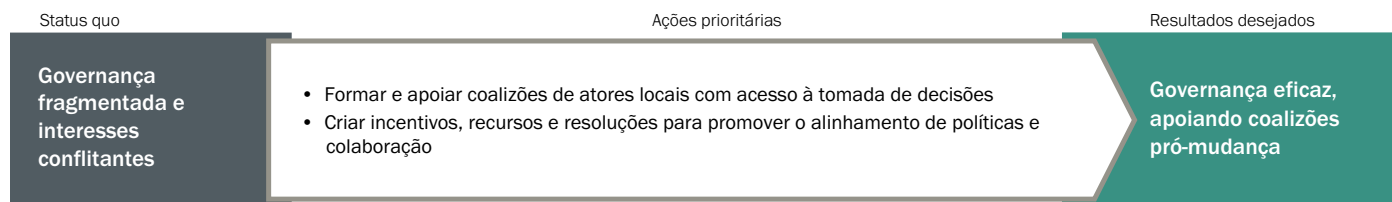


Tabela 7 | Funções de atores específicos no avanço da Transformação 7: Governança e instituições

GOVERNANÇA E INSTITUIÇÕES – CRIAR COALIZÕES DIVERSIFICADAS E ALINHAMENTO

Governo municipal e especialistas do setor urbano



- **Envolver uma coalizão diversificada de partes interessadas**, incluindo organizações comunitárias, grupos de especialistas, o setor privado e agências internacionais para reiterar e sustentar a mudança no local
- **Comprometer-se com parcerias relevantes** e colaboração de comunidades sub-representadas e desassistidas, engajando grupos desde o início do processo
- **Planejar processos para a participação pública bem estruturada** na tomada de decisões
- **Avaliar obstáculos ao planejamento local e à gestão de políticas** em diferentes áreas da prestação de serviços urbanos, trabalhar por meio de processos estatutários para assegurar alinhamento com os mais altos escalões do governo
- **Criar demanda por novas legislações para garantir melhor coerência política** e maior autoridade local, formando coalizões com um grupo amplo de partes interessadas

Governo federal



- **Coordenar iniciativas nacionais com prioridades municipais** em relação a transporte, habitação e gestão de terras, água e saneamento, além de planejamento energético
- **Garantir a participação pública na tomada de decisões** em colaboração com diversas partes interessadas
- **Compartilhar uma visão nacional conjunta e diretrizes sobre o planejamento da resiliência** informado pelos riscos climáticos e à saúde; permitir que os governos municipais liderem a iniciativa
- **Comprometer-se com a coprodução de conhecimento e com uma visão comum** por meio da criação de várias plataformas de comunicação e do engajamento das partes interessadas
- **Desenvolver regulamentações e estruturas de governança** que incentivem a coordenação interjurisdicional e intersetorial para resolver desafios regionais, como mudança climática, resiliência hídrica, poluição do ar etc.
- **Desenvolver políticas nacionais de urbanização capacitadoras** que considerem diferentes contextos da cidade, padrões de prestação de serviços e metas, definindo claramente os resultados e as estratégias de implementação
- **Ampliar a autonomia dos governos nas áreas urbanas**, autorizar cidades e governos regionais a colocar em vigor planos de desenvolvimento espacial que alcancem metas municipais e regionais de acesso equitativo, desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental e resiliência
- **Desenvolver mecanismos de financiamento para incentivar a prestação de serviços inclusivos**, podendo incluir subsídios, programas de empréstimo e incentivos fiscais que ajudem a ampliar a acessibilidade financeira e a cobertura para comunidades vulneráveis
- **Desenvolver capacidade para avaliar riscos em vários níveis de tomada de decisões e estabelecer órgãos institucionais correspondentes** para traçar estratégias que abranjam jurisdições, ecossistemas, paisagens rurais e urbanas, instituições formais e informais, além da rede político-econômica regional

Sociedade civil, incluindo organizações não governamentais, especialistas e pesquisadores



- **Formar coalizões entre diversas partes interessadas** para impulsionar a mudança local e responsabilizar os líderes da cidade, além de reiterar o apoio de baixo para cima em âmbito municipal, promovendo uma **visão compartilhada** que inclua as comunidades mais vulneráveis
- **Trabalhar em colaboração com a liderança política** e com outras partes da sociedade civil para garantir que o escopo da mudança seja ambicioso e sustentável
- **Defender a participação pública bem estruturada** na tomada de decisões
- **Desenvolver e apoiar programas de treinamento** visando à participação eficaz em processos de tomada de decisões

Tabela 7 | **Funções de atores específicos no avanço da Transformação 7: Governança e instituições (cont.)**

GOVERNANÇA E INSTITUIÇÕES – CRIAR COALIZÕES DIVERSIFICADAS E ALINHAMENTO

Setor privado



- **Participar de coalizões com organizações da sociedade civil** para impulsionar a mudança local e responsabilizar os líderes da cidade
- **Contribuir com iniciativas de treinamento** para ampliar as habilidades dos trabalhadores e das comunidades vulneráveis visando a engajamento em processos de planejamento participativo
- **Reiterar o apoio de baixo para cima em âmbito municipal para promover uma visão compartilhada** que inclua as comunidades mais vulneráveis

A comunidade internacional, incluindo instituições financeiras de desenvolvimento



- **Criar incentivos para a colaboração entre agências** a fim de promover vários resultados municipais e regionais em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Nova Agenda Urbana e o Acordo de Paris
- **Apoiar a aprendizagem, as habilidades e o desenvolvimento de capacidade** entre atores urbanos
- **Promover parcerias inovadoras** em torno da troca de tecnologia e do compartilhamento de boas práticas entre cidades em diferentes países
- **Exigir que os destinatários dos recursos se engajem em uma coalizão diversificada de partes interessadas**, incluindo organizações comunitárias, grupos de especialistas, o setor privado e agências internacionais para reiterar e sustentar a mudança local em um contexto de transparência e cooperação.
- **Para projetos implementados em escala municipal e regional, comprometer-se com parcerias relevantes** e colaboração de comunidades sub-representadas e desassistidas, engajando grupos desde o início do processo

Fonte: World Resources Institute, 2021, Sete transformações para cidades mais equitativas e sustentáveis.

SOBRE A SÉRIE

O *World Resources Report: Rumo a uma cidade mais equitativa* oferece às cidades um novo roteiro que prioriza o acesso equitativo a serviços urbanos essenciais, bem como a oportunidades. Descobrimos que acabar com a “lacuna de serviços urbanos” pode melhorar bilhões de vidas em todo o mundo, reduzir os danos ambientais e gerar prosperidade econômica para além dos investimentos necessários. Cada vez mais, as cidades são a chave para enfrentar os desafios climáticos e promover o desenvolvimento humano. Porém, tanto as cidades de hoje quanto as do futuro só serão prósperas se nos concentrarmos em acabar com as desigualdades no acesso aos serviços, às oportunidades e aos recursos para todos os moradores de áreas urbanas, enquanto revigoramos os meios de subsistência e desenvolvemos resiliência climática.

A série *Rumo a uma cidade mais equitativa* oferece soluções para ajudar as cidades a mudar de rumo, especialmente no Sul global, onde o crescimento urbano é mais rápido. Com base em seis anos de análises profundas das experiências de cidades ao redor do mundo, avaliando o que funciona no contexto urbano atual, destacamos ações prioritárias que ajudam a preencher a lacuna dos serviços prestados nessas regiões, enquanto geram benefícios complementares que transformam as cidades. Essas ações oferecem retornos substanciais sobre o investimento, além da economia pela redução de custos, com benefícios para toda a cidade. As sete transformações descritas no relatório-síntese podem ajudar a evitar que bilhões de moradores desassistidos, entre as gerações atuais e futuras, acabem na pobreza e com a saúde precária. Ao mesmo tempo, essas mudanças têm o poder de reduzir os danos ambientais e melhorar a vida de todos nas cidades.

A série completa pode ser encontrada em citiesforall.org.



CONTATOS

Anjali Mahendra | Diretora de Pesquisa Global, WRI Ross Center for Sustainable Cities, anjali.mahendra@wri.org

Robin King | Diretora de Captura de Conhecimento e Colaboração, WRI Ross Center for Sustainable Cities, robin.king@wri.org

Tini Tran | Diretora de Comunicação Global e Engajamento, WRI Ross Center for Sustainable Cities, tini.tran@wri.org

